

PROCESSO TC 09392/15

Origem: Paraíba Previdência - PBPrev

Natureza: Atos de pessoal – pensão vitalícia Beneficiário(a): Umbelina Moreira Guedes

Relator: Conselheiro André Carlo Torres Pontes

ATO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL. Pensão

vitalícia. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Concessão de registro ao ato.

ACÓRDÃO AC2 – TC 01365/16

RELATÓRIO

- 1. Origem: Paraíba Previdência PBPrev.
- 2. Beneficiário(a):
 - 2.1. Nome: Umbelina Moreira Guedes.
- 3. Servidor(a) falecido(a):
 - 3.1. Nome: Antônio Guedes Vieira.
 - 3.2. Cargo: Auditor Fiscal Tributário.
 - 3.3. Matrícula: 33.740-4.
 - 3.4. Lotação: Secretaria de Estado da Receita.

4. Caracterização da pensão (Portaria – P – 326/2015):

- 4.1. Natureza: pensão vitalícia proventos integrais.
- 4.2. Autoridade responsável: Yuri Simpson Lobato Presidente da PBPrev.
- 4.3. Data do ato: 11 de maio de 2015.
- 4.4. Publicação do ato: Diário Oficial, de 20 de maio de 2015.
- 4.5. Valor: R\$ 17.608,19.
- 5. Relatório da Auditoria: Concluiu pela legalidade e sugeriu o registro ao ato de pensão.
- **6.** Parecer do MPC: Os autos não tramitaram pelo Ministério Público junto ao TCE/PB.
- 7. Agendamento para a presente sessão sem intimações.



PROCESSO TC 09392/15

VOTO DO RELATOR

Atestada a regularidade do procedimento em relatório da Auditoria e no parecer oral do Ministério Público, o Relator VOTA pela legalidade do ato de deferimento do benefício e do cálculo de seu valor, bem como pela concessão do respectivo registro.

DECISÃO DA 2ª CÂMARA DO TCE/PB

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo TC 09392/15**, os membros da 2ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (2ªCAM/TCE-PB) **ACORDAM**, à unanimidade, nesta data, conforme voto do Relator, em **CONCEDER** registro à pensão vitalícia com proventos integrais do(a) Senhor(a) UMBELINA MOREIRA GUEDES (**Portaria – P – 326/2015**), beneficiário(a) do(a) servidor(a) falecido(a), Senhor(a) ANTÔNIO GUEDES VIEIRA, Auditor Fiscal Tributário, matrícula 33.740-4, lotado(a) no(a) Secretaria de Estado da Receita, em face da legalidade do ato de concessão e do cálculo do respectivo valor (fls. 08 e 10).

Registre-se e publique-se.

TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara.

Mini-Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa.

Em 17 de Maio de 2016



Cons. André Carlo Torres Pontes PRESIDENTE E RELATOR



Manoel Antonio dos Santos Neto MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO